

ISSN 2447-3820

Educação & Inclusão



ANO 23 - VOLUME 11 - NÚMERO 2

**PSICOPEDAGOGIA
NO TRATAMENTO DA
SÍNDROME DE DOWN**

**ATAQUES EM
ESCOLAS: DE ONDE
VEM ESSA VIOLÊNCIA**

**ALIMENTAÇÃO
INADEQUADA
COMPROMETE
COGNIÇÃO**

**O AUTO-
CONHECIMENTO E
A INTELIGÊNCIA
EMOCIONAL**

**A PRÁTICA DE
EXERCÍCIO FÍSICO
PARA INDIVÍDUOS
COM TEA**



www.atlanticaeditora.com.br

Educação & Inclusão



REVISTA MULTIDISCIPLINAR DE ATUALIZAÇÃO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO

Conselho Editorial

Conselho Editorial

Editora Científica : Profa. Dra. Ângela Mathylde Soares
Editora Área: Psicologia e Educação Especial
Profa. Dra. Cláudia Daniele Barros Leite Salgueiro

Conselho Científico Internacional

Profa. Dra. Donalda Baeta - Europa - Psicologia
Prof. Dr. Luiz Miguel Neves - Europa - Psicologia
Prof. Dr. Italu Bruno Colares de Oliveira - USA – Psicopedagogia

Conselho Científico Nacional

Profa. Dra. Jalmiris Regina de Oliveira Simão - Pedagogia
Profa. Dra. Adriana Marques de Oliveira - Fonoaudiologia
Profa. Dra. Adriana Regina Marques de S. Pelissari - Pedagogia
Profa. Dra. Andrea da Silva Rosa - Pedagogia
Profa. Dra. Antonia Dalla Pria Bankof - Educação Física
Prof. Dr. Carlos Aparecido Zamai - Educação/
Educação Física
Prof. Ms. Paula Ciol - Terapeuta Ocupacional
Profa. Dra. Claudia da Silva - Fonoaudiologia
Prof. Dr. Eugênio Cunha - Pedagogia

Conselho Científico Nacional

Profa. Dra. Marta Pires Relvas - Neurobiologia
Prof. Dr. Fernando Cesar Capovila - Psicologia
Profa. Dra. Giseli Donadon Germano - Fonoaudiologia
Profa. Dra. Irene Maluf - Psicopedagogia
Prof. Dr. Jaime Luiz Zorzi - Fonoaudiologia
Profa. Ms. Joely Helena Roscito Bento - Psicologia
Profa. Dra. Maira Anelli Martins - Fonoaudiologia
Profa. Dra. Maria Nobre Sampaio - Fonoaudiologia
Profa. Dra. Monique Herrera Cardoso - Fonoaudiologia
Profa. Dra. Simone Aparecida Capellini - Fonoaudiologia
Profa. Dra. Vera Lúcia Orlandi Cunha - Psicopedagogia
Profa. Dra. Luiza Elena Leite Ribeiro do Vale - Psicologia
Profa. Dra. Roberta Rossi Oliveira Palermo - Fonoaudiologia
Profa. Dra. Renata Mousinho - Fonoaudiologia
Prof. Dr. Josias Ferreira da Silva - Pedagogia e Letras
Prof. Ms. Silene Barbosa Montoro - Educação Física
Profa. Dra. Roberta Palermo – Educação

Administração de Vendas

Antonio Carlos Mello
mello@atlanticaeditora.com.br

Marketing e Publicidade

Rosilene Alves
rose@atlanticaeditora.com.br



Atendimento Atlântica Editora

Rua Major Quedinho, 110 CJ- 172
Centro - São Paulo – SP | CEP 01050-030
Tel.: +55 (11) 3129-0040
WhatsApp.: +55 (11) 96154-6960

sac@atlanticaeditora.com.br

Todo o material a ser publicado deve ser enviado para o e-mail: atlanticaeditora2022@gmail.com

I.P. (Informação publicitária): As informações são de responsabilidade dos anunciantes.

© ATMC - Atlântica Editora Ltda - Nenhuma parte dessa publicação pode ser reproduzida, arquivada ou distribuída por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia ou outro, sem a permissão escrita do proprietário do copyright, Atlântica Editora. O editor não assume qualquer responsabilidade por eventual prejuízo a pessoas ou propriedades ligado à confiabilidade dos produtos, métodos, instruções ou idéias expostos no material publicado. Apesar de todo o material publicitário estar em conformidade com os padrões de ética da saúde, sua inserção na revista não é uma garantia ou endosso da qualidade ou do valor do produto ou das asserções de seu fabricante.

ÍNDICE



- 1 Dica da Editora:**
Alimentação Inadequada compromete cognição
- 2** Cuidado e Acolhimento da pessoa com Autismo.
- 3 Ataques em Escolas:**
De onde vem essa violência
- 7 O autoconhecimento**
e a inteligência emocional
- 9 A Luta da Pessoa com deficiência:**
Luta, força, justiça, ação, educação e Coração
- 12** A escola do prazer e da contemplação
- 13** O Neurodesenvolvimento e os Transtornos
- 17** Psicopedagogia no Tratamento da Síndrome de Down
- 19** A prática de Exercício físico para indivíduos com TEA
- 23** A compreensão e inclusão da pessoa com autismo
- 26 Do diagnóstico à Inclusão:**
A equipe multidisciplinar na promoção da qualidade de vida e educacional



Reatech

Brasil

FIERA INTERNACIONAL DE TECNOLOGIAS EM REABILITAÇÃO, INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE

2023

**Construindo o futuro,
transformando o presente**

4 a 7 de Outubro

São Paulo Expo - São Paulo - SP
QUA. A SEX. DAS 13H ÀS 20H • SÁB. DAS 10H ÀS 19H



► RESERVE SEU ESTANDE:

+55 11 5585-4355

+55 11 3159-1010

comercial@fieramilano.com.br

FELIADO À

UBRAFE
União Brasileira dos Prótesistas de Férula

MEMBRO DA

ufi
Member

LOCAL

SÃO PAULO EXPO
Exhibition & Convention Center

reatechbrasil.com.br



FIERA MILANO



FIERA MILANO BRASIL



Dicas da Editora



ALIMENTAÇÃO INADEQUADA COMPROMETE COGNIÇÃO

Dra. Ângela Mathylde Soares
Neurocientista, psicanalista e psicopedagoga

Uma pesquisa da Universidade de São Paulo (USP), considerando o Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto (Elsa-Brasil), revelou que o consumo de ultra processados contribui para o declínio do desempenho cognitivo. Os resultados mostraram que a queda cognitiva, ao longo da vida, foi 28% maior entre os participantes que consumiram mais de 20% das calorias diárias em ultra processados. O levantamento deixa claro que o hábito de ser saudável é algo aprendido ao longo da vida. O processo dessa aprendizagem para uma alimentação adequada começa com os primeiros anos de vida da criança e segue até à adolescência. Se uma família mantém hábitos alimentares adequados, desde o início, a criança aprende como deve se alimentar. Por outro lado se a alimentação é desre-

grada, a criança também aprenderá a comer dessa forma. A má alimentação e o consumo de alimentos ultra processados comprometem o desempenho cognitivo de crianças ou adolescentes e ainda causam obesidade. Os pesquisadores da USP calcularam o quanto o consumo de alimentos ultra processados contribui para a ocorrência dessa doença. Os mais de três mil adolescentes, de 12 a 19 anos, participantes do inquérito nacional de saúde e nutrição nos Estados Unidos, por exemplo, permitiram constatar um risco de obesidade 45% maior entre adolescentes que comem muitos alimentos ultra processados. A análise compara os que mais comiam ultra processados com aqueles que comiam menos, identificando que o primeiro grupo tinha 45% mais chance de

obesidade, 52% mais chance de obesidade abdominal (gordura localizada na barriga) e o mais preocupante, 63% mais chance de obesidade visceral (acúmulo de gordura, entre os órgãos), altamente relacionada ao desenvolvimento de várias doenças, como a hipertensão, diabetes tipo 2, dislipidemia, doença arterial coronariana e o aumento do risco de mortalidade. O que falta é uma boa educação alimentar, aprendizagem e a conscientização por parte dos pais e da família das crianças e dos jovens. As pessoas estão cada vez mais imediatistas, devido aos avanços tecnológicos e as possibilidades proporcionadas. As pessoas optam pelo prazer momentâneo e imediato, escolhendo petiscos, hambúrgueres, frituras e outras comidas

rápidas, comportamento aprendido. Essa busca por comida rápida não é realidade somente no Brasil. A modalidade imediatista surgiu e ficou mundialmente conhecida com os chamados fast foods nos Estados Unidos. Inversamente a esse hábito alimentar de comidas rápidas e gordurosas, ainda existe a geração fitness, um grupo de indiví-

duos focado nos cuidados com o corpo. Porém, esse também pode ser um mal hábito, uma vez que, em algumas situações, as pessoas tomam suplementos e praticam exercícios de forma excessiva para que o outro veja e não, para se manter saudável. De um lado está a aprovação alheia e, do outro, a ansiedade

que leva a comer em excesso. Ser saudável é uma conscientização e muitas pessoas, mesmo adoecidas e com dificuldades, não abrem mão de seus hábitos.

É essencial mudar e melhorar os hábitos alimentares para si mesmo e não em busca de aprovação alheia.



Cuidado e acolhimento da pessoa com Autismo

Um mês azul para uma vida cor de rosa. Parafraseando a canção estamos em mais um mês de conscientização do transtorno do espectro do autismo, o Abril Azul.

A questão está ganhando corpo e, dia a dia, estamos vivenciando o alavancar dos números, a preocupação das famílias, o despertar da sociedade e, sobretudo, o espanto da escola.

A escola se espantou com o volume de alunos autistas que agora adentram portões escolares.

Se de um lado há muito a se comemorar pela chegada dos autistas nas escolas, por outro há que se preocupar com o elevado índice de professores que se recusam a trabalhar com eles, usando sempre o mesmo argumento: eu não estou preparado para trabalhar com isso. Nós, educadores, precisamos fazer uma reflexão: um dia estaremos, de fato, preparados para trabalhar com deficiências? A pergunta é a principal a ser feita porque é dela que depende o processo de inclusão nas escolas.

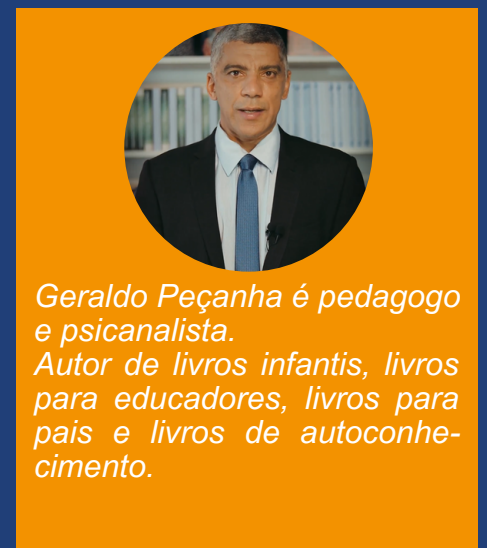
Nenhum educador irá compor saberes capazes de lidar com o ma-

nejo diário das deficiências.

Fica impossível entrar no mundo do autista se a condição é entender tudo. Mas o autismo é só um dos casos para a escola lidar. Ainda há outros, como os de altas habilidades, os surdocegos e os outros 45 milhões de brasileiros que possuem alguma deficiência. Não tem e não teremos jamais condições de lidar com isso justamente porque a deficiência exige olhares múltiplos: dos médicos, dos terapeutas, dos religiosos, dos educadores, das famílias e do mundo do trabalho.

É aqui que reside o erro. Estamos olhando sozinhos, nós, escola, para inclusão e isso não está e não funcionará jamais. A escola é só parte do processo de inclusão. As outras organizações sociais também precisam participar da vida inclusiva. Aqui devemos pensar se as outras instituições não estão participando porque não querem ou se a escola tomou pra si essa questão e nada de espaço sobrou aos demais.

Se não trabalharmos essa divisão, essa partilha o processo de inclu-



Geraldo Peçanha é pedagogo e psicanalista. Autor de livros infantis, livros para educadores, livros para pais e livros de autoconhecimento.

são corre risco definitivo de desaparecer. Educadores falham também. Mas falhamos sozinhos. Sem a família, sem a saúde, sem a assistência social, sem as demais possibilidades sociais. A inclusão depende de vozes e essas estão por aí. Essas precisam chegar até as escolas.

O mês de abril é dedicado a pessoa com autismo. É mais uma chance de aprendermos o que podemos fazer para melhorar o nosso olhar compassivo, nosso senso de misericórdia e nosso julgamento que só nos permite olhar para o certo, o perfeito e o irretocável - todos que não podemos ser, inclusive nós, os típicos. Crianças e jovens atípicos precisam ser visto onde estão. Precisamos pensar nisso.

ATAQUES EM ESCOLAS - DE ONDE VEM ESSA VIOLÊNCIA

Dra Leninha Wagner

Psicóloga

Ph.D Neurociência/Dra Psicologia Neuropsicológica/Mestre em Psicanálise/Perita em Psicologia

@leninhaespiritosantowagner

O Brasil se chocou com a notícia de que um estudante foi apreendido pela Polícia Militar (PM) após atacar quatro professores e dois alunos em uma escola na zona sul da cidade de São Paulo. O ataque aconteceu na manhã desta segunda-feira, 27, na Escola Estadual Thomazia Montoro e deixou uma professora de 71 anos morta. As informações preliminares apontaram que o aluno tem 13 anos e frequentava a unidade de ensino desde o dia 15 de março.

Depois do ocorrido, muito vem se falando a respeito do comportamento desse adolescente. E de tantos outros dentro dessa faixa etária. O que está acontecendo com essa geração?

É preciso entender que tudo o que acontece na infância, não fica lá. Segue conosco em todas as outras fases da vida. Pois um adulto é somente uma criança que cresceu. A adolescência é uma ponte, uma passagem de uma etapa para outra. É considerado que nesta etapa cheia de emoções e transformações físicas, haja muitos conflitos, sobretudo entre o que se é; e o que se quer ser.

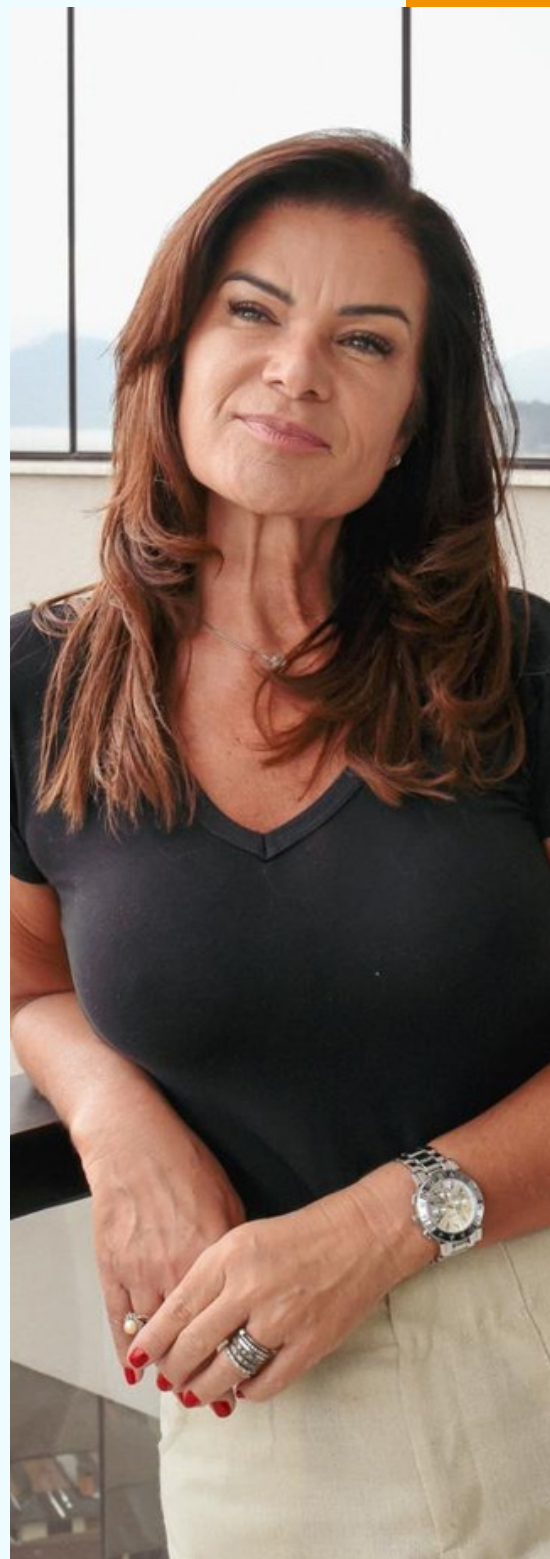
Uma fase repleta de demandas oriundas de transformações físicas, hormonais e psicológicas.

A isso chamamos de “A síndrome da adolescência normal”. Porém, há que se cuidar dos excessos. Todo ser humano necessita viver em sociedade, portanto estar sob regras e normas sociais. Já é um caso de saúde pública, a falta de responsabilidade e comprometimento com a educação, informação e formação de qualidade e principalmente a intenção de construir, através de comportamentos saudáveis, maturidade emocional.

Sou ferrenha defensora de se colocar no currículo escolar desde a mais tenra idade, educação emocional, para o desenvolvimento de autoconhecimento, de autorregulação emocional, responsabilidade afetiva.

É preciso de um esforço coletivo e multidisciplinar para criarmos cidadãos de autovalor para a vida social.

É urgente e necessário entender que uma criança precisa de limites; e dar limites é dar amor. Um rio só é rio porque suas águas estão contidas por margens limítrofes. A criança necessita de frustrações para desenvolver resiliência e persistência na conquista desejada. Felicidade é apenas o intervalo de tempo entre um problema e outro.



É preciso compreender que motivação é para todos, mas perseverança é para vencedores. É necessário reconhecer figuras de autoridade, organização social, rotina, disciplina, administração de tempo.

Para isso é importante se entender como indivíduo, singular, apropriado de si, para poder mergulhar no coletivo e não se misturar à ele. Não se deixar seduzir por atalhos arriscados.

O adolescente necessita dessa contenção, para que suporte a lei social, as condutas arbitradas precisam ser seguidas. No caso desse adolescente específico, pouco ainda se sabe. Mas é provável que sua conduta tenha um lastro de mal comportamento, desrespeito, desobediência às regras sociais. Não foi por acaso e muito menos de repente que esse comportamento agressivo, violento, que o fez se transformar

num homicida em potencial, foi deflagrado. Basta uma investigação minuciosa, para constatar que havia indícios que levantavam suspeitas sobre um 'ataque de fúria'. Somos todos partícipes desse cenário catastrófico enquanto como sociedade não nos comprometermos em educar de forma criteriosa e responsável.

Não podemos mais ser omissos e preguiçosos com a formação de personalidade e caráter, através de conduta que se desviam dos hábitos saudáveis, que causam a deformação de caráter e prejuízo a vida do transgressor e de quem com ele convive.

É necessário, portanto, que família, pais, professores/ educação, sociedade e saúde pública, tenham a consciência de formar cidadãos de bem. Nesse aspecto, a autoridade sem autoritarismo, a condução por parte de

um adulto maduro e responsável para gerar novos adultos com a mesma característica, se faz necessário. Assumir essa responsabilidade, requer restringir o tempo de uso de telas, de redes sociais, que são altamente distratores da informação e educação de qualidade e geradores de estímulos estressores e ansiogênicos que geram comparação e desvalorização da vida, éticas e comportamento saudável.

Precisamos dedicar tempo de qualidade, palavras de afirmação, reforço positivo, diálogo de comunicação saudável, exige tempo e esse é o recurso mais caro que as pessoas passaram a gastar de forma irresponsável. Sugiro uma reorganização social, onde todos os atores sintam-se e sejam de fato responsáveis pelas vida que são geradas nessa nova era.





Estamos no limiar de uma evolução das máquinas e da tecnologia. Não podemos mais voltar atrás, mas podemos trazer um novo uso para o que já construímos.

O uso adequado e saudável dos meios de comunicação e da virtualidade, da vida nas redes sociais.

Esse adolescente que cometeu esses crimes, no ataque à Escola, pode ser o mensageiro. Queremos continuar ou quebrar esse paradigma doentio, onde vidas são desperdiçadas pela falta do olhar de amor e cuida-

do que toda criança merece? Toda criança merece ser cuidada para se transformar num adulto de alto valor.

Crianças negligenciadas em suas demandas emocionais, físicas e mentais, viram adolescentes, adultos adoecidos, convivendo em sociedade e apresentando riscos para si e para o outro.

É preciso pensar em projetos de leis que contemple a educação emocional, o treino para a vida.

Sem saúde mental não pode haver saúde alguma.

O investimento na prevenção, promoção e recuperação da saúde psicológica, trazendo recursos emocionais que possam nos ajudar nas relações, no desenvolvimento de habilidades sociais, na mais tenra idade.

Investir no presente para construir um futuro de saúde e paz.

Vamos trocar o verbo “postar”, pelo “pensar”.

Pensar em ações que promovam bem estar e relacionamentos saudáveis.

PÓS graduação



CENTRO UNIVERSITÁRIO
SÃO CAMILO



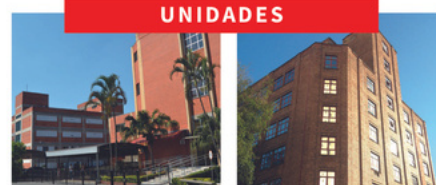
EDUCAÇÃO

- MBA Gestão Estratégica em Instituições de Ensino Superior
- Psicopedagogia Clínica e Institucional
- Psicopatologia Psicanalítica Contemporânea - Inclusive a Psicossomática
- Psicologia Jurídica

Acesse saocamilo-sp.br e confira nossos cursos presenciais, a distância e em outros polos.

(11) 3465 2664 ou 0300 017 8585

UNIDADES



Campus Ipiranga
Avenida Nazaré, 1501

Campus Pompeia
Rua Raul Pompeia, 144



Polo Juazeiro do Norte
Rua Catulo da Paixão Cearense, 175, Pátio Cariri Corporate, Décimo terceiro andar (Andar Núcleo Avançado de Desenvolvimento)



CENTRO UNIVERSITÁRIO
SÃO CAMILO

O AUTOCONHECIMENTO E A INTELIGÊNCIA EMOCIONAL



Carolina Marques

*Bióloga, Pedagoga, Neuropsicopedagoga e palestrante
@carolmsdemattos*

O Autoconhecimento, segundo a psicologia, significa o conhecimento de um indivíduo sobre si mesmo. O que pode evitar sentimentos de baixa autoestima, inquietude, frustração, ansiedade, instabilidade emocional e outros, atuando como importante exercício de bem-estar e ocasionando resoluções produtivas e conscientes acerca de seus variados problemas.

O autoconhecimento também nos leva ao equilíbrio diante de fatores externos como, por exemplo, críticas, perda de emprego, término de um relacionamento que afetam o nosso emocional. Bem como, permite que você descubra suas competências, habilidades, potências, comportamentos. Além dos seus pontos de melhoria.

Investir em autoconhecimento é colocar esforços para entender a si mesmo em todos os âmbitos e compreender quais são seus próprios talentos.

Mas este processo só será possível se estivermos abertos à mudança. O reconhecimento das nossas limitações não nos faz evoluir, o desenvolvimento para acontecer precisa de atitude e de ressignificação dos nossos pontos limitantes.

Segundo a Sociedade Brasileira de Inteligência Emocional, a emoção é a responsável por gerar respostas e comportamentos que garantam a sobrevivência de

uma pessoa diante de um estímulo externo, de modo a proteger ou a impulsionar o indivíduo para a realização de algo.

As emoções fazem parte da vida das pessoas diariamente, passamos boa parte do dia sob ação do Sistema Límbico, que é uma rede neuronal que medeia a emoção e motivação, ao mesmo tempo que desempenha um papel na aprendizagem e na memória.

A inteligência emocional é a habilidade de integrar emoções, sentimentos e pensamentos com o objetivo de otimizar decisões. Se a integração das emoções é abalada, a pessoa pode ter um desequilíbrio e agir de maneira equivocada em determinadas situações. Ou seja, quando duas emoções se perdem, todas as

outras se desestabilizam. A inteligência emocional é uma das habilidades determinantes para o sucesso pessoal e profissional do indivíduo. Através dela conduzimos nossas escolhas, atitudes e ações pautadas no domínio e gestão eficaz das próprias emoções e pensamentos. Por isso é fundamental entender que nada passa despercebido pelo nosso cérebro e que precisamos cultivar as emoções como se fossem grandes amigos. Quando essa relação acontece, o convívio com o nosso eu e com o mundo lá fora fica bem mais equilibrado.

Para desenvolver a inteligência emocional é necessário seguirmos algumas técnicas como: adquirir um maior Autoconhecimento, desenvolver o Autocon-

7 passos para o autoconhecimento



- 1-) **Descobrir quais são as suas características comportamentais predominantes.**
- 2-) **Questionar-se. Perceber o poder que as perguntas possuem em sua vida.**
- 3-) **Colocar-se sempre em primeiro lugar e aprender a dizer não.**
- 4-) **Abrir-se para novas experiências, experimente sair da zona de conforto.**
- 5-) **A evolução pessoal através das mudanças, ou seja, desconstruir velhos conceitos e mudar de ideia.**
- 6-) **Ter sempre um tempo reservado para você, é importante cuidar da sua saúde física e emocional.**
- 7-) **Ouvir sua intuição, reserve momentos de silêncio para se reconectar com a sua essência.**

trole e a Autodeterminação. Bem como, conseguir Conectar e Res-significar sentimentos, fatos ou informações com Ações Inovadoras, para Incluir novos valores, relações, experiências e sentimentos positivos em nossas vidas.

OS CINCO PASSOS PARA UMA VIDA EMOCIONAL-MENTE EQUILIBRADA:

1 Saber quais são as emoções mais frequentes no dia a dia.

2 Reconhecer padrões.

3 Abrir-se ao lado positivo.

4 Desenvolver a empatia.

5 Ter uma meta nobre na vida.

A inteligência emocional engloba empatia, que se manifesta a partir da abertura e do reconhecimento do outro. O ato de “estar aberto” é permitir o processo de aprendizagem através dos acertos e dos erros, que por sua vez, depende de um processo de autoconhecimento.

A conexão é muito mais do que o relacionamento com as pessoas. Acharmos que saber conversar com o outro nos conecta a ele. Porém, é muito mais do que conversar. O real sentido é criar empatia, através da conexão, é ter uma escuta ativa com as questões ou problemas que o outro confiou em compartilhar com você. Por meio dela, podemos nos conectar emocionalmente com o outro e transmitir a sensação de que estamos realmente conectados, juntos para ouvir o problema ou a situa-

ção exposta.

Hoje, infelizmente, muitas pessoas agem no piloto automático, perderam o hábito de pensar e sempre acham que o problema não tem solução, por isso, quanto mais você desenvolver a habilidade de fazer as perguntas certas, mais soluções teremos no mundo, não importa se a pessoa pensa completamente diferente de você, todos possuem a capacidade de contribuir com novas ideias se forem estimulados a isso. Afinal, o mundo muda por causa de pessoas que pensam e fazem acontecer!

Que tal mudar o seu próprio pensamento e iniciar hoje essa mudança e ouvir o que o outro tem para contar?

Também é importante ressignificar, ou seja, mudar o significado de uma experiência que passou e permitir que ela se transforme em algo positivo. Essa mudança só depende de nós mesmos. Ainda que não possamos alterar o passado, sempre temos a possibilidade de decidir como vamos lidar com o presente e com o futuro.

Na vida estamos sujeitos a passar por momentos bons e ruins, que na maioria das vezes não estão sob nosso controle. Porém, podemos escolher como vamos reagir a determinadas situações ou problemas.

Pense nisso, cabe a você decidir se um fato grave ou uma crise, deixarão ensinamentos ou servirão apenas para lamentações e vitimizações.

SEIS MOTIVOS PARA RES-SIGNIFICAR A SUA VIDA:

1 Transformar tristezas em aprendizados;

2 Fazer das razões para desistir motivos para continuar;

3 Aprender a rir de você mesmo ao invés de abafar um sorriso;

4 Entender que nada acontece por acaso e deixar de ficar reclamando da vida;

5 Encontrar forças e não se vitimizar;

6 Buscar a motivação e não duvidar da sua capacidade.



Luta da pessoa com deficiência: Luta, Força, Justiça, Ação, Educação e Coração



Por Maria Dolores Fortes Alves

Tem artrite reumatóide infanto-juvenil e boa parte da sua infância ela passou internada em hospitais. Somente aos nove anos conseguiu uma escola que a aceitou, mas não se abateu diante das dificuldades.

É professora, Doutora em Educação, Mestre em Educação, Pedagoga e Mestre em Psicopedagogia. Coord. Rede Internacional de Escolas Criativas (RIEC/UFAL). Entre os livros lançados estão “Aprendizagem Integradora e Inclusiva – Teoria e prática para uma escola criativa e para todos” e “Favorecendo a inclusão pelos caminhos do coração”, publicados pela Wak Editora.

Para conscientizar a SOCIEDADE sobre a importância de legitimação, reconhecimento e valorização da diversidade. Nisto, é preciso entender que incluir o outro que é diferente de mim - todos somos - é olhar-se no espelho e ter a coragem de perder o medo de nossas certezas.

O Brasil é um país com o maior quantitativo de leis em defesa dos direitos das pessoas com deficiência, apesar disso, sabemos que estas são pouco efetivadas e quando são, nem sempre são respeitadas. Como exemplo, temos a oferta de vagas para pessoas com deficiência em todos os níveis e modalidades de Ensino. O direito existe, a lei existe, todavia, pouco exequível. Pais de crianças com deficiência, dia, após dia batem nas portas das escolas, secretarias de ensino, justiça etc., buscando recursos e atendimento profissional especializado para as crianças. É sempre uma peregrinação. Nisto, muitas crianças e jovens, evadem da escola. Temos o

maior contingente de decretos, normativas, Estatutos, regimentos, cartilhas, cursos etc., mas, pouca atitude!

Compreender que o “normal” e o “perfeito” não existem e, somente o que é diferente e diverso, nos provoca a nova rima e outro verso. Ou seja, aprendemos, nos reconstruímos e crescemos quando nos pomos a marcha e descortinamos o mundo interno e externo que desconhecíamos, ‘nosso e do outro’. Assim, o desconhecido se faz um novo laço de interdependência que me promove a resiliência. Ser diferente é ser normal, ser igual é imoral. A diferença, a nova experiência, o descobrir um outro modo de ser, de conviver e ser, é o que pro-





move a um novo modo de aprender.

Deste modo, quando há preconceito, bloqueio, freio, há resistência ao movimento de inclusão criação e renovação da vida através dos laços e enlacs com a diversidade; a primavera não pode florescer e a sociedade não pode crescer.

No contexto da Educação Inclusiva e democrática, sabe-se, dentre outras questões, que ainda prepondera a exclusão de um imenso contingente de pessoas dos bens educacionais. Isso ocorre não só na sua condição passada e presente, mas também na sua formação futura, uma vez que, na realidade prática, nem sempre há a legítima efetivação do direito público subjetivo à educação escolar, sem a qual os demais problemas que acometem amplos grupos de crianças, ado-

lescentes, jovens e adultos, somente se agravam.

Compreendemos que a construção do processo de ensino e aprendizagem equanime e de qualidade, deve estar aliado não só a acessibilidade arquitetônica, de Comunicação, visual, virtual ou auditiva, deve estar aliado igualmente a mudanças de atitude e a valorização e formação de qualidade dos profissionais de educação como ferramenta para alargar as possibilidades no âmbito da Educação Básica, e, para além dela, mais especificamente no âmbito da educação inclusiva.

Consideramos que a educação como uma das molas propulsoras do desenvolvimento social, cultural e humano. Ainda mais, olhando-se o segmento de toda camada que abarca os hipossuficientes e vulneráveis. O foco nos direitos à cidadania, que

deve nortear todas as práticas acadêmicas, colocado diante de todos uma vasta gama de questões que a matéria da educação e sociedade inclusivas abarcam. É tempo de conscientizar e transformar atitudes. Pessoas com deficiência não precisam de caridade, precisam de justiça social e equidade. Que o princípio da isonomia presente na Constituição Federal seja efetivado "Tratai desigualmente os desiguais na medida de suas desigualdades". Deste modo, promover acessibilidades (arquitetônica, visual, auditiva, virtuais etc.) em todos os níveis e espaços é um dever do Estado e de toda sociedade.

Uma sociedade inclusiva, promove espaços equânimes para qualquer sujeito, para que possam viver, conviver e bem viver, é a sociedade do florescer e fortalecer!

IPAM NO METAVERSO

Realidade Virtual

Palestras

Cursos

Comunidade Privada



Fórum

Espaço para Parcerias

Estrutura Digital Multiplataforma

**EM BREVE
LANÇAMENTO**



A ESCOLA DO PRAZER E DA CONTEMPLAÇÃO

Júlio Furtado. Pedagogo e Mestre em Educação pela UFRJ, doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Havana (Cuba) e orientador educacional do Colégio Professor Anselmo (RJ). Criador e apresentador do canal Sala dos Professores, disponível no Youtube.

A etimologia da palavra escola remonta ao grego skholé, que significa tempo livre, lugar de contemplação. Ao longo do tempo, porém, a escola foi se distanciando desse sentido e se tornou um lugar de aprendizado formal, onde crianças e adolescentes são submetidos a horas de aulas, trabalhos e testes, em geral, sem tempo para atividades recreativas e de contemplação. Parece-me oportuno lembrar da importância de retomarmos a ideia original da escola grega e discutir o lugar do lazer e da contemplação como partes essenciais de um processo efetivo de aprendizagem.

Embora a educação formal seja fundamental para a formação das crianças e jovens, já temos suficientes evidências de que seus métodos precisam ser urgentemente revistos. As atividades recreativas e o tempo livre são essenciais para o desenvolvimento social, emocional e físico. A escola deve ser um lugar onde os alunos possam, acima de tudo, experimentar novas atividades, aprender habilidades não acadêmicas e descobrir novas paixões, tudo isso sob a supervi-

são de educadores capazes de potencializar e legitimar tais descobertas.

O potencial de aprendizagem de atividades de contemplação é surpreendente nos dias atuais, uma vez que vivemos tempos de robotização das ações e liquidez das relações. Levar uma criança a descobrir o prazer de observar paisagens, movimentos, fenômenos e sensações resgata a essência da sensibilidade humana e facilita o autoconhecimento e o desenvolvimento da inteligência emocional.

As atividades de lazer, por sua vez, ajudam a reduzir o estresse e a ansiedade, permitindo que a diversão e o relaxamento induzam relacionamentos mais consistentes e

profundos o que aumenta a sensação de segurança e apoio emocional, tão ausentes do ambiente escolar nos últimos tempos. Muitos alunos enfrentam desafios emocionais e mentais, como ansiedade e depressão e a escola pode e deve ser um lugar onde eles se sintam seguros e apoiados.

É falsa a contradição que estabelecem entre educação formal e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Experiências demonstram que quando se aprende através da vivência, da interação e da experimentação constrói-se uma aprendizagem mais significativa e duradoura, além de formar pessoas mais bem resolvidas, capazes de construir uma sociedade mais saudável.



O NEURODESENVOLVIMENTO E OS TRANSTORNOS



Carolina Marques Silva De Mattos

Bióloga, Pedagoga e Neuropsicopedagoga. Atendimento de crianças, adolescentes e adultos com dificuldades/transtornos de aprendizagem, estimulação/reabilitação cognitiva; neurociência educacional e comportamental.

✉ neuoppcarolmarques@gmail.com

📷 [@carolmsdemattos](https://www.instagram.com/carolmsdemattos)

O QUE É NEURODESENVOLVIMENTO?

É o desenvolvimento do sistema nervoso, caracterizado pelo domínio progressivo de habilidades motoras, cognitivas e psicossociais, das mais primárias às mais refinadas.

Este desenvolvimento inclui: a motricidade, a manipulação, as competências sensoriais e cognitivas, a comunicação e a linguagem, os comportamentos, os afetos e as emoções.

QUANDO SE INICIA?

O neurodesenvolvimento tem início ainda no período gestacional, sendo durante os primeiros anos de vida se estabelece a arquitetura cerebral que servirá de base para as todas as etapas posteriores da vida.

QUAIS SÃO SUAS ÁREAS?

As áreas são: visão, audição, comunicação, controle motor, atividades de vida diária, controle de esfíncteres, até as habilidades escolares.

O QUE SÃO OS TRANSTORNOS DO NEURODESENVOLVIMENTO?

Também conhecidos como Distúrbios do Neurodesenvolvimento, segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V). São um grupo de condições neurológicas que se manifestam, geralmente, no início do desenvolvimento, muitas vezes antes mesmo da criança entrar na escola. Eles podem causar impacto na aquisição, retenção ou aplicação de habilidades cogni-

tivas e/ou conjunto de informações. As habilidades estão relacionadas à memória, à percepção, à linguagem, à resolução de problemas e à interação social.

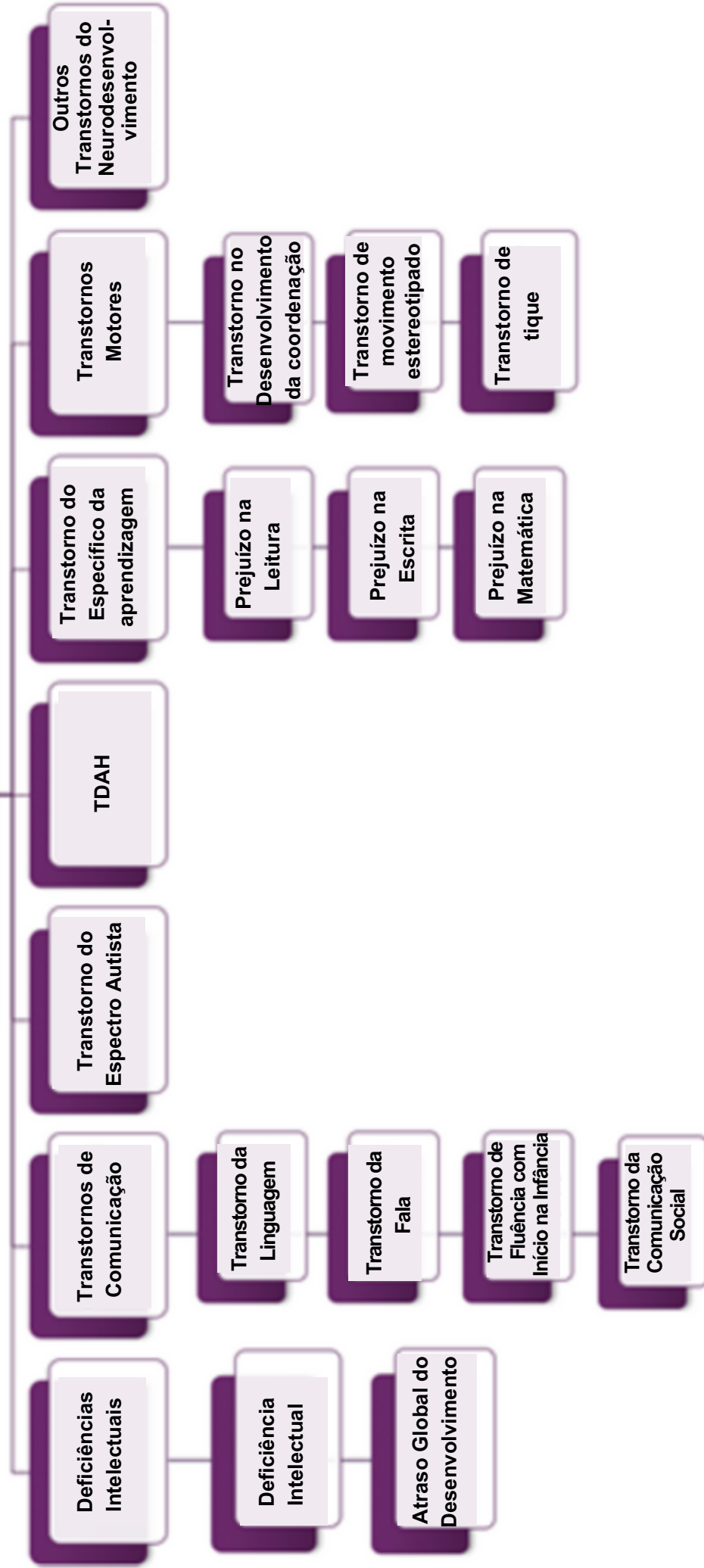
QUAIS SÃO OS TRANSTORNOS?

Transtorno do Desenvolvimento Intelectual (Deficiência Intelectual), Distúrbios da Comunicação, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção/ Hiperatividade (TDAH), Transtorno Específico de Aprendizagem, Distúrbios Motores e Outros Transtornos do Neurodesenvolvimento.



DSM-V - Classificação

Transtornos do neurodesenvolvimento



COMO SE CARACTERIZAM?

Eles se caracterizam por déficits ou diferenças nos processos cerebrais, que produzem prejuízos no funcionamento pessoal, social, acadêmico ou ocupacional, de forma leve, moderada ou severa (intensa). A gama de déficits ou diferenças de desenvolvimento varia de habilidades sociais ou capacidade intelectual.

QUAL É A ORIGEM?

Podem ter origem genética, traumas ou exposições ambientais, ou seja, algo pode sair diferente do planejado durante uma gestação. Algumas malformações, por exemplo, podem gerar transtornos ou distúrbios do neurodesenvolvimento.

Os fatores genéticos (hereditariedade) favorecem o seu aparecimento. Porém, o ambiente (contexto) onde a pessoa está inserida no início do seu desenvolvimento pode influenciá-lo.

Os fatores de risco ambiental como por exemplo, a exposição ao estresse, a toxinas, a determinados medicamentos, as dificuldades no período perinatal, o baixo peso ao nascer e a prematuridade também são importantes e podem impactar no desenvolvimento do indivíduo.

TEM CURA?

Os Transtornos do neurodesenvolvimento são condições que ocorrem devido a alterações no desenvolvimento cerebral que persistem ao longo da vida, ou seja, não têm cura. Eles demandam um acompanhamento intenso e multidisciplinar. Contudo apesar da sin-



gularidade e complexidade de cada caso, é importante que se compreenda que as pessoas acometidas pelos transtornos do neurodesenvolvimento conseguem se desenvolver desde que haja comprometimento familiar e do paciente, bem como dedicação ao tratamento.

A Avaliação e a Intervenção, com das devidas estratégias de tratamento, trabalham em conjunto para amenizar sintomas, minimizar limitações funcionais, promover a inclusão e aumentar a participação do indivíduo na sociedade.

COMO DIAGNOSTICAR?

O diagnóstico dos transtornos do neurodesenvolvimento deve ser feito por uma equipe multiprofissional composta por Neuropediatra/ Neurologista, Psiquiatra, Otorrinolaringologista, Neuropsicopedagogo, Fonoaudiólogo, Psicólogo, dentre outros. Esse diagnóstico é de suma importância e deve ser feito o quanto antes. O diagnóstico precoce faz toda a diferença no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças.

COMO TRATAR?

O tratamento é específico para cada transtorno e envolve uma combinação de profissionais. Os médicos são os profissionais habilitados para avaliar a necessidade de se usar ou não medicamento, combinado com as terapias desenvolvidas por neuropsicopedagogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, psicólogos etc.)

As orientações e recomendações dos profissionais devem ser seguidas diariamente em casa e na escola.

REFERÊNCIAS

1. American Psychiatric Association. (2022). Manual diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5-TR. Fifth Edition Text Revision. Artmed Editora.
2. MIRANDA, Mônica Carolina. Neuropsicologia do Desenvolvimento: Transtornos do Neurodesenvolvimento Editora Rubio, 2012.
3. BISHOP, Dorothy.; RUTTER, Michael. Neurodevelopmental disorders: conceptual issues. In: RUTTER Michael et a (ed.). Rutter's child and adolescent psychiatry. Oxford: Blackwell. p. 32–41, 2008.
4. VIDAL, Fernando. The Cerebral Subject: a Historical and Conceptual Overview, Psychiatrie, sciences humaines, neurosciences, v. 3, n. 11, pp. 37-48, 2005.



PREPARE-SE!
ESTÁ CHEGANDO...
CONGRESSO
INTERNACIONAL



Brain
Connection

Diversos olhares sobre
o mesmo cérebro

CONGRESSO INTERNACIONAL DE NEUROCIÊNCIAS E APRENDIZAGEM

Brain Connection ONLINE OFICIAL

BRAINCONNECTION 2023

CONGRESSO INTERNACIONAL DE NEUROCIÊNCIAS E APRENDIZAGEM

Brain Connection ONLINE OFICIAL

ACOMPANHE NOSSA PRÓXIMA EDIÇÃO QUE SERÁ REALIZADA NA REGIÃO DE ALGARVE PORTUGAL

CONGRESSO INTERNACIONAL DE NEUROCIÊNCIAS E APRENDIZAGEM

Brain Connection ONLINE OFICIAL

Diversos olhares para o mesmo cérebro

CONGRESSO INTERNACIONAL DE NEUROCIÊNCIAS E APRENDIZAGEM

Brain Connection ONLINE OFICIAL

OS ANAIS DO CONGRESSO INTERNACIONAL BRAIN CONNECTION, DE TODAS AS EDIÇÕES, ESTÃO DISPONÍVEIS NO SITE.

WWW.BRAINCONNECTION.COM.BR

ISSN 978-65-81152-92-5

CONGRESSO INTERNACIONAL DE NEUROCIÊNCIAS E APRENDIZAGEM

Brain Connection ONLINE OFICIAL

ACESSE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE TODAS AS EDIÇÕES NOS ANAIS DO CONGRESSO INTERNACIONAL DE NEUROCIÊNCIA E APRENDIZAGEM BRAIN CONNECTION

WWW.BRAINCONNECTION.COM.BR/ANAI5

ISSN 978-65-81152-92-5

PROFA. DRA. ÂNGELA MATHYLDE
PROF. DR. LUIS MIGUEL

CONGRESSO INTERNACIONAL DE NEUROCIÊNCIAS E APRENDIZAGEM

Brain Connection ONLINE OFICIAL

CAMINHOS DA APRENDIZAGEM E INCLUSÃO NOSSAS PRODUÇÕES FEITAS COM MUITO CARINHO E DEDICAÇÃO, ADQUIRA JÁ O SEU!

WWW.BRAINCONNECTION.COM.BR

CONGRESSO INTERNACIONAL DE NEUROCIÊNCIAS E APRENDIZAGEM

Brain Connection ONLINE OFICIAL

CONGRESSO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DE NEUROCIÊNCIAS E APRENDIZAGEM BRAIN CONNECTION

COMISSÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS

COMISSÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS: EDITAL NO SITE.

LOCAL: AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JOÃO B. AV. 5 DE OUTUBRO 8004-069 FARO, ALGARVE/PORTUGAL

DIAS 2,3 E 4 DE NOVEMBRO 2023

CONGRESSO INTERNACIONAL DE NEUROCIÊNCIAS E APRENDIZAGEM

Brain Connection ONLINE OFICIAL

AGRADECIMENTO ESPECIAL

A COMISSÃO CIENTÍFICA, COMISSÃO ORGANIZADORA E COMISSÃO EDITORIAL PELO MARAVILHOSO TRABALHO!

AS COORDENADORAS CIENTÍFICAS

PROFA. DRA. H.C. JALMIRIS SIMÃO (BRASIL)
PROFA. DRA. H.C. DONALDA BAETA (PORTUGAL)

PARABENIZAM AOS CONGRESSISTAS!

CONGRESSO INTERNACIONAL DE NEUROCIÊNCIAS E APRENDIZAGEM

Brain Connection ONLINE OFICIAL

TEMA

NEUROCIÊNCIA, INCLUSÃO, FAMÍLIA, ESCOLA E MODERNIDADE

UMA EQUIPE TRANSDISCIPLINAR PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO DO SÉCULO XXI



PSICOPEDAGOGIA NO TRATAMENTO DA SÍNDROME DE DOWN



Camila Cristina Franco Nicolau

Jornalista/ Linguista/ Psicopedagoga/ Neuropsicopedagoga

A psicopedagogia é a terapia da aprendizagem e sobre aprender é preciso desmistificar e ressignificar o constructo visto que não se aprende exclusivamente conteúdos acadêmicos. Sendo assim, a intervenção psicopedagógica tem por objetivo ensinar o paciente a aprender qualquer demanda que desejar ser aprendida. Levando isso em consideração, desconstrói a ideologia criada em torno do conceito “pedagogia” somando ao signo “psi” obtendo um ícone linguístico único que amplia o leque de público que precisa aprender a aprender: de crianças a idosos, típicos ou atípicos. A partir dessa ideia entra-se no universo das pessoas atípicas

que precisam aprender habilidades diversas: fala, comandos, estratégias de memória, treinos de atenção, habilidades para o cotidiano, etc. Com esse público, a psicopedagogia pode atuar de maneiras lúdicas e diversas, independentemente da idade e do contexto acadêmico.

Síndrome de Down

Uma síndrome é um conjunto de sinais e sintomas físicos que se repetem de forma patológica criando um padrão. A Síndrome de Down (SD) é caracterizada pela trissomia no cromossoma 21. As principais características são retratadas na parte física associado ao funcionamento mental subnormal, além dessas,

(...) as crianças com SD podem exibir alguns problemas de saúde: como problemas cardíológicos congênitos (cardiopatias congênitas); problemas auditivos; anormalidade do aparelho digestivo, aparelho problemas digestivo (atresia duodenal estenose do pilórica)) problemas oculares (cataratas, glaucomas); pele seca; obesidade; hipotireoidismo; ligamento frouxo, principalmente no joelho e no pescoço; problemas imunológicos. (ABREU, Amanda. Pag9).

Frequentemente essa trissomia do cromossomo 21 resulta em características físicas, sensoriais e cognitivas marcantes, incluindo o fenótipo clássico, a deficiência intelectual, com consequente atraso do desenvolvimento, sendo muito visível no campo linguístico, com alterações motoras e orgânicas, que comprometem diretamente o desenvolvimento dessa população. (SCHWARTZMAN, 1999). (CAPISTRANO, Liz. Pag. 4)

Sendo o campo linguístico o maior destaque de características da Síndrome de Down, além da deficiência intelectual, como a psicopedagogia pode colaborar para uma vida mais autônoma?

A psicopedagogia na intervenção com a Síndrome de Down

A maior dificuldade que as pessoas com Síndrome de Down enfrentam é a deficiência intelectual. “A sua capacidade cognitiva limita a sua capacidade de observar, analisar e lidar com conceitos abstratos (...)” (ABREU, Amanda. Pag 10). As funções atenção e memória tendem a ser um obstáculo para o aprendizado visto o tempo de atenção ser reduzido, além de terem dificuldade em reter informações com a baixa memória de curto prazo assim como com a baixa memória auditiva sequencial. Intervir nessas funcionalidades torna-se importante para estímulo de toda a linguagem.

A expressão linguística verbal esbarra em algumas dificuldades: respiração, perturbação fonatória, problemas auditivos, problemas articulatórios, velocidade de processamento lenta. Tais questões podem acrescer ao quadro de deficiência intelectual amplificando o grau de dificuldade, mas não impede o aprendizado formal. Buscando apoiar as pessoas com desejo no processo de aprendizagem e letramento, o psicopedagogo “deve trabalhar as habilidades de leitura e escrita atreladas ao mundo circundante, bem como das experiências que a criança já faz das suas vivências social e familiar” (ABREU, Amanda. Pag 16).

As intervenções visam a prática cotidiana e como tal prática vivencia sua utilidade no desenvolvimento do processo autônomo. Esse modelo de intervenção pode ser aplicada a qualquer objetivo de aprendizado, não apenas ao letramento.

Conclui-se então, que para aprender é preciso desenvolver a atenção (e demais habilidades do córtex pré-frontal para aquisição de novo conhecimento), criar estratégias de retenção da informação, assim como de consolidação do conhecimento adquirido. Importante construir um caminho de comunicação entre a equipe multidisciplinar para priorizar o melhor atendimento para cada momento, a fim de que possa estabelecer prioridades, e construir pontes para os novos aprendizados. Apresentar o mundo, vivenciar a cultura, permitir acesso ao conhecimento é garantir, que, independente da velocidade, o acesso ao aprendizado é possível aos típicos e aos atípicos.

Referências Teóricas

- ABREU, Andrea Souza de. Letramento para criança com Síndrome de Down: um caso na psicopedagogia. João Pessoa: 2018. IN: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/15494/1/ASA_19062018.pdf. Último acesso 10/05/2023.
- SANTOS, Luiza Maria Pereira dos. Síndrome de Down e Leitura: uma contribuição psicopedagógica. João Pessoa: 2017. IN: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/15441/1/LMP_S08062017.pdf. Último acesso 10/05/2023.
- CAPISTRANO, Liz Leal Mota. O processo de construção da identidade do adolescente com Síndrome de Down no atendimento psicopedagógico. IN: <https://doi.org/10.35642/rm.v4i2.507>. Último acesso 10/05/2023. Instituto Mano Down. IN: <https://manodown.com.br/>. Último acesso 10/05/2023.




A PRÁTICA DE EXERCÍCIO FÍSICO PARA INDIVÍDUOS COM TEA

Entende-se como Transtorno do Espectro Autista (TEA) um transtorno de neurodesenvolvimento, que surge na infância, caracterizando-se por déficits persistentes na comunicação social e na interação social em diversos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação utilizados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos.

Indivíduos com TEA, de um determinado nível, podem apresentar características diferentes, as quais estão relacionadas com as comorbidades e ou as próprias características do TEA. No que tange o processo de desenvolvimento motor, indivíduos adultos com TEA são classificadas como atípicas, o que se refere ao desenvolvimento diferente do considerado típico.

De acordo com estudiosos da área desenvolvimentista, o desenvolvimento motor é a mudança contínua e progressiva no comportamento motor ao longo do ciclo da vida, causada pela interação entre as exigências da tarefa de movimento, a biologia do indivíduo e as condições do ambiente do aprendizado, o que reflete adaptações nos domínios motor, cognitivo e afetivo, os quais estão sempre interligados quanto se trata de um ser humano.

Em relação aos comprometimentos motores, durante a caminhada, os indivíduos apresentam menor tempo de apoio com único pé e maior tempo de apoio com os dois pés, ou seja, os adultos com TEA possuem uma caminhada mais lenta do que os indivíduos neurotípicos com maior proporção de tempo gasto em apoio bipodal. Apesar



Prof. Dr. Jomilto Praxedes

- Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- Instituto de Educação Física e Desportos
- LaCiMCoH – Laboratório de Ciência do Movimento e Comportamento Humano

@jomiltopraxedes
jomiltopraxedes@yahoo.com.br

de caminhar em um ritmo mais lento em geral, os adultos autistas exibem uma capacidade diminuída de atenuar as oscilações do tronco e da cabeça, o que está relacionado como a diminuição do equilíbrio corporal.



Os adultos com TEA exibem diminuição da força dos membros superiores e respostas mais lentas para bater os dedos, tempos de reação e caminhada em comparação aos indivíduos neurotípicos.

Em relação as comorbidades, a epilepsia, os distúrbios do sono, os Transtornos Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e o Opositivo Desafiador (TOD); distúrbios gastrointestinais e alimentares; ansiedade; depressão e obesidade, podem ser citados.

A prevalência de obesidade, sobrepeso e baixo peso é de 21,8%, 19,8% e 6,4% em indivíduos com TEA. Os autores observaram uma tendência crescente na prevalência de

peso não saudável de crianças de 2 a 5 anos para adultos com TEA, ou seja, obesidade: de 16,7% a 31,3%, excesso de peso: de 16,2% a 27,2%, baixo peso de 5,3% a 8,6%.

Este fato pode estar relacionado ao nível de exercitação física dos adultos com TEA, pois, crianças apresentam uma intensidade moderada a vigorosa, sendo esta maior em comparação aos adultos. Crianças e adolescentes com peso normal combinados em uma faixa etária, realizaram mais exercícios físicos de intensidade moderada a vigorosa, passos e menos tempo sedentário em comparação com seus pares com sobrepeso e obesos durante o final de semana. Assim sendo, o estado de obesidade pode afetar negativamente o nível de exercício físico em indivíduos com TEA.

Estes dados reforçam a preocupação com a epidemia de obesidade e sobrepeso em indivíduos com TEA, assim como, a necessidade de elaborar estratégia para o combate desta epidemia.

Diversas são as estratégias para tratamento do TEA, visando a melhora da competência motora. No contexto da exercitação motora, a prática orientada e regular do exercício físico pode resultar em melhoria no quadro de saúde e qualidade de vida de indivíduos com TEA, proporcionando melhoras nos domínios motor e cognitivo.

No que tange a tipificação do exercício físico, tem-se como exemplos, jogos, práticas esportivas, exercícios de fortaleci-

mento muscular, de equilíbrio, psicomotricidade, artes marciais, atividades aquáticas e jogos eletrônicos.

Evidências indicam que as intervenções motoras resultam em diminuição de estereotípias, aumento do repertório motor, desenvolvimento da coordenação motora, do equilíbrio, da agilidade e do controle postural, e melhorias em aspectos sociais e comunicativos.

Notadamente, diferentes tipos de exercitação física proporcionam em diferentes adaptações ao organismo, como exemplo, a prática do exercício físico teve um impacto positivo significativo na capacidade de interação social, na capacidade de comunicação, nas habilidades motoras e no grau de autismo.

No que concerne as funções cognitivas, as intervenções de exercícios físicos apresentaram um efeito geral pequeno a médio na cognição, apoiando a eficácia das intervenções de exercício na melhora de certos aspectos do desempenho cognitivo em indivíduos com TEA. Assim, os benefícios cognitivos do exercício físico não são consistentes em todos os aspectos das funções cognitivas, ou seja, algumas áreas não são melhoradas.

Estas intervenções ocorrem na infância, com a justificativa de que a criança possui maior facilidade para mudanças e ou adaptações, quanto aos acomedimentos aludidos anteriormente, pois quanto mais cedo o diagnóstico e o início do tratamento maiores são as chances



na melhora do quadro clínico e funcional.

Na fase adulta, mesmo com poucas pesquisas sobre a prática de exercícios físicos em adultos com TEA, pode-se afirmar que os indivíduos com autismo se envolvem em baixos níveis de exercícios físicos e correm maior risco de desenvolver problemas de saúde secundários atribuídos ao sedentarismo em comparação com adultos neurotípicos.

A perspectiva de exercitação de adultos autistas permanece em grande parte desconhecida. Por conta disso, um limitado conhecimento persiste sobre a ade-

quação e generalização dos atuais modelos e teorias de prática de exercício físico para essa população.

Contudo, o adulto com todas as suas limitações desenvolvimentistas para mudanças, pode obter benefícios a partir do programa de exercício físico, visando melhora da qualidade de vida e saúde de adultos autistas, diminuindo os acontecimentos do TEA nestes indivíduos, melhorando o equilíbrio, os aspectos motores e cognitivos, e aumentando o nível de exercício físico, o que pode contribuir no combate a obesidade e sobrepeso.

Porém, a participação em programas de exercícios físicos necessitam de planejamento, apoio e incentivo de pessoas próximas, assim como, oportunidades de práticas amigáveis aos sentidos e que permitam aos participantes socializar como preferirem.

Para isso, os profissionais envolvidos neste processo, devem reconhecer as limitações que os indivíduos com TEA podem apresentar e utilizar o exercício físico como ferramenta para melhorar a qualidade de vida relacionada à saúde.



ÂNGELA MATHYLDE SOARES - PHD EM NEUROCIÊNCIA, PSICANALISTA E PSICOPEDAGOGA

**Convite
Lançamento dos
Livros da**

**Coleção
Aos Mestres
com Carinho**

Artesã Livraria do Psicólogo e Educador

**Participação
ÂNGELA MATHYLDE**
Organizadora da
Coleção
Aos Mestres
com Carinho

**Convidados:
Organizadora
e coautora
participantes
das obras.**

**06/05/2023
Das 10h às 13h**

Livraria de Psicologia e Educação
Av. do Comércio, 1393
Floresta - Belo Horizonte
+55 31 3261-9200 | 31 9943-2229
www.livrariapsicologia.com.br

* E mais: Coffee-break * Convidados especiais * Sessão de autógrafos

**Aprendizagem
& Companhia
SAÚDE INTEGRAL**

**Conheça
nossas
especialistas!**

Luciana Felipetto
Fonoaudióloga clínica e Educacional,
Psicopedagoga, CRFA 6 0921,
Mestre em Ciências da Educação.

Luciana Thomsen
Professora Mestre Fonoaudióloga
CRFA 6 1438,
Psicopedagoga clínica e institucional,
mestre pelo UFV.

**Unidade BH
(31) 98438-9518**
**Unidade Nova Serrana
(37) 99131-8103**

WWW.APRENDIZAGEMCIA.COM.BR

**Aprendizagem
& Companhia
SAÚDE INTEGRAL**

O que é o SENA?
Conheça um dos nossos
atendimentos especializados!

**Unidade BH
(31) 98438-9518**
**Unidade Nova Serrana
(37) 99131-8103**

WWW.APRENDIZAGEMCIA.COM.BR

**Aprendizagem
& Companhia
SAÚDE INTEGRAL**

**O que é o
SENA?**

**SENA® é um software que
permite melhorar as
funções auditivas centrais.
É um software que altera a
estrutura harmônica do
som, essa modificação força
o sistema auditivo a
realizar um processamento
diferente ao habitual**

**Unidade BH
(31) 98438-9518**
**Unidade Nova Serrana
(37) 99131-8103**

WWW.APRENDIZAGEMCIA.COM.BR

**Aprendizagem
& Companhia
SAÚDE INTEGRAL**

**O que é o
SENA?**

**O Sistema de Estimulação
Neuro Auditiva é um
tratamento não invasivo
criado para potencializar as
terapias fonoaudiológicas dos
transtornos de
aprendizagem, linguagem, da
atenção e concentração e em
atividades relacionadas com
a interpretação do som como
o aprendizado de outras
línguas e as habilidades
musicais.**

**Unidade BH
(31) 98438-9518**
**Unidade Nova Serrana
(37) 99131-8103**

WWW.APRENDIZAGEMCIA.COM.BR

**Aprendizagem
& Companhia
SAÚDE INTEGRAL**

**É recomendado para todas
as idades e complementa o
tratamento das seguintes
alterações:**

- Trocas na fala;
- Alteração no desenvolvimento da linguagem;
- Dislexia;
- Transtorno da Aprendizagem e/ou Baixo Rendimento Escolar;
- Transtorno do Processamento Auditivo Central;
- Dificuldade no comportamento;
- TDA/H (transtorno de déficit de atenção com ou sem Hiperatividade), Usuários de aparelho auditivo e implantes cocleares;
- Com queixa de dificuldade em ouvir sons;
- Com dificuldade de compreender e que as pessoas falam.

**Para quem é
recomendado
o SENA?**

**Unidade BH
(31) 98438-9518**
**Unidade Nova Serrana
(37) 99131-8103**

PARA TODAS AS IDADES!

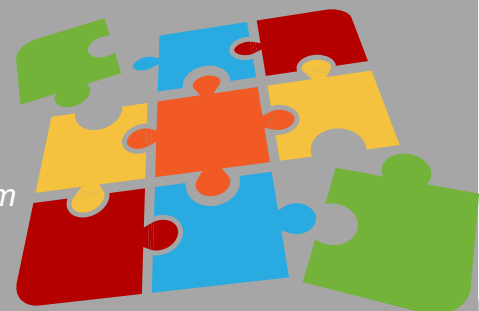
WWW.APRENDIZAGEMCIA.COM.BR

A COMPREENSÃO E INCLUSÃO DA PESSOA COM AUTISMO



Brunna Ribeiro da Silva
Advogada

brunnaribeiroadvocacia@gmail.com
@brunnaribeiroadvocacia



Tecnicamente conhecido como Transtorno do Espectro Autismo (TEA), o autismo, é uma condição caracterizada pela dificuldade na socialização quanto à comunicação verbal e não verbal, no comportamento devido aos movimentos repetitivos e interesses em coisas específicas. Existem diversos subtipos de transtorno, por esta razão, nos deparamos com mais diversas necessidades da pessoa com autismo.

É de extrema importância a integração do autista na sociedade, bem como atentar-se em compreender suas necessidades. Alguns possuem pequenas dificuldades e muitas vezes até imperceptíveis, mas, existem aqueles que necessitam de extremo auxílio, por possuírem além da deficiência intelectual, crises de epilepsia, ansiedade e depressão.

Direito dos Autistas

Antes de mencionar qualquer lei específica para o autismo, a nossa Carta Magna, a Constituição Federal /1988, em seu Art.5º garante a qualquer cidadão independentemente de ser deficiente ou não a igualdade perante a lei. Além do Estatuto da criança e do adolescente (Lei 8069/90) que prevê o direito à

saúde, vida, direito ao desenvolvimento físico, mental entre outros a toda criança e adolescente.

A pessoa com TEA, possui o direito de receber tratamento adequado, desde os mais simples aos não convencionais desde que se façam necessário para melhoria dos sintomas sociais. E por esta razão possui amparo no Estatuto da pessoa com deficiência 13.145/2015, que assegura e promove direitos fundamentais quando estabelece que pessoas com impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual e sensorial que impeçam a participação na sociedade são consideradas pessoas com deficiência.

Além desta norma inclusiva, a pessoas autistas, encontram proteção na lei 12.764/2012, que dentre outras garantias instituiu a prioridade no atendimento nos sistemas de saúde pública e privada.

Não podemos deixar de mencionar a lei Federal Romeo Mion (13.977/2020), que criou a carteira de identificação da pessoa com TEA, válida em todo país. A expedição da Carteira será distribuída de forma gratuita e confeccionada por órgão estaduais, distritais e municipais devendo ser renovada a cada cinco anos.

Também são direitos essenciais para o cotidiano do autista o benefício de transporte interestadual gratuito. O requerimento pode ser feito online, e os interessados deveram possuir baixa renda e laudo médico atestando sua condição.

Todos os direitos acima descritos são fundamentais da pessoa com autismo, pois é garantida a preservação da integridade física e moral, assim com o direito à saúde quando recebem devidamente os tratamentos, terapias com profissionais especializados e medicamentos inclusive os importados como por exemplo os a base de Canabidiol que auxilia no controle de crises de agressividade, desde que prescrito por médico.

Tratamentos na saúde suplementar e no SUS

Ainda existe muita desinformação quanto aos direitos e necessidades deste grupo. Aos que são beneficiários do plano de saúde, muita das vezes desconhecem a amplitude da cobertura do tratamento e limitam-se em aceitar o que é oferecido pelo convênio.

Os planos de saúde, não podem limitar os tratamentos de seus clientes. Se o profissional que acompanha o autista prescrever

tratamento especializado ou aumento nas sessões de terapia entre outros tratamentos, é obrigação do plano dispor os tratamentos solicitados da maneira que o médico orientou, visto que são necessários para o desenvolvimento do paciente e quanto a isto não há questionamento.

Infelizmente, na maioria das vezes os tratamentos solicitados pelos profissionais, não são autorizados pelos planos. Os pacientes ou seus familiares após a negativa utilizam de três caminhos para solução: Contratam profissionais particulares que muitas das vezes excedem a sua força econômica, aceitam a condição ofertada pelo convênio (a mais comum) ou buscam a solução jurídica através de um profissional especializado.

O tratamento realizado por uma equipe multidisciplinar é seguro e eficaz, e em muitos casos os tratamentos deverão ser realizados pelo resto da vida e devem ser custeados pelo convênio sejam eles: médico, fonoaudiologia, psicoterapeuta, terapia ocupacional, fisioterapia, musicoterapia, equoterapia, terapia ABA entre outras que se fizerem necessárias e possuem evidência científica. É importante saber que os valores dispostos em tratamento por falta de profissionais na rede credenciada, a indicação de profissionais fora do município contratado ou negativa indevida gera o direito ao reembolso dessas despesas. Não podemos deixar de esclarecer que a ampliação desses direitos, se deu por conta da alteração do rol da

ANS para exemplificativo que ampliou as possibilidades de tratamentos ao autista com mais liberdade, e foi uma grande conquista.

Nos atendimentos aí Sistema Único de Saúde assim como na saúde privada os autistas possuem atendimento preferencial. A lei 12.764/2012 preconiza o direito do autista a antecipação do atendimento multiprofissional além do acesso aos medicamentos e nutrientes necessários a estes usuários aos pacientes de rede privada encontram respaldo no Código de defesa do consumidor.

É importante lembrar que também faz parte dos atendimentos a modalidade Home care tanto no SUS quanto na saúde privada.

Benefícios Previdenciários e saque do FGTS

Podemos destacar o amparo assistencial que é o Benefício de prestação continuada (BPC/LOAS) que é um auxílio a doença, tem como objetivo auxiliar financeiramente aos que enfrentam as necessidades relacionadas a saúde. Este auxílio ajudará aqueles que não possuem renda para o próprio provimento. Poderá ser solicitado administrativamente assim como judicialmente.

Em alguns casos caberá aposentadoria por invalidez considerando que o segurado seja considerado incapaz de forma permanente para o trabalho. A concessão se dará por meio comprovação por perícia médi-

ca da previdência além da obrigação de ter contribuído por no mínimo 12 meses, no caso de doença, já no caso de acidente, não há carência.

Saiba que é possível sacar todo o FGTS para ajudar no tratamento do seu filho. Havendo negativa, as ações que solicitam autorização dos valores, costumam ser bem rápidas. É possível pedir liminar para que o mesmo seja levantado imediatamente.

Denúncias e reclamações

É importante reportar os órgãos competentes episódios de descumprimento das normas legais dentre eles a discriminação. A previdência social, possui um canal de atendimento com a finalidade de atender aos segurados para denúncias, reclamações e elogios, a ouvidoria, que poder ser através da internet ou pelo telefone no 135.



Assim, como quando houver qualquer tipo de preconceito pela deficiência. As pessoas com deficiência serão protegidas a todo custo pelas leis, principalmente pela lei 13.146/2015 que promove a igualdade das condições, direitos e liberdades fundamentais da pessoa com deficiência.

Denuncie! Ao ser vítima de preconceito ou discriminação faça um boletim de ocorrência, que pode ser feito online no site da Polícia Civil.

Conclusão

A compreensão acerca das necessidades do autista é de extrema importância para que consigamos incluir o autista nas relações sociais assim como minimizar as necessidades e dificuldades enfrentadas por este grupo e seus familiares.

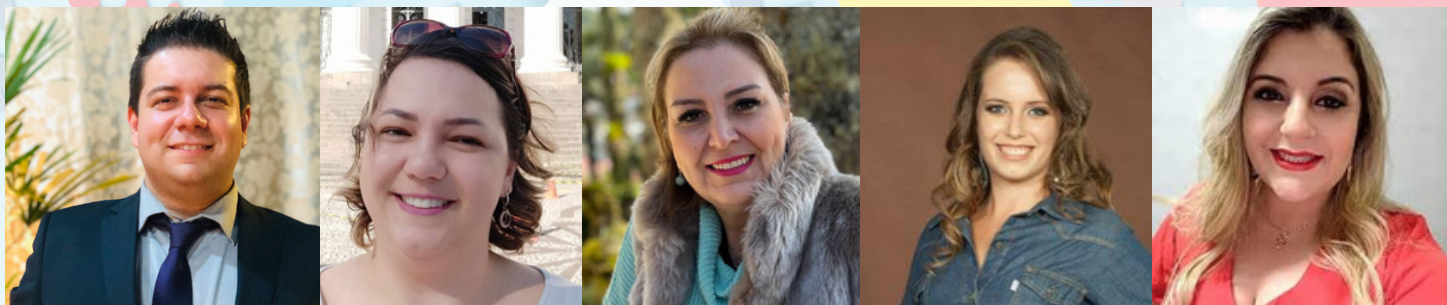
Muitas são as conquistas e descobertas positivas que contribuem significativamente ao mundo azul. Integrá-los é necessário.

Os direitos e garantias tem se ampliado cada vez mais. O judiciário tem contribuído em grande escala com decisões humanizadas, voltadas a necessidade de fato do autistas.

Nas situações em que faltar o conhecimento quanto aos seus direitos procure um profissional especializado que possa garantir as normas previstas em lei.



DO DIAGNÓSTICO À INCLUSÃO: A EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NA PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA E EDUCACIONAL



Sidney Lopes
Sanchez Júnior

Marcia Inês
Chabarum Mikuska

Karina Jacob
Monteiro

Patrícia Ferreira
Concato

Cinthia Simionato
Pereira

O presente estudo apresenta uma reflexão sobre os desafios sociais e educacionais relacionados a inclusão da pessoa público alvo da Educação Especial, sobretudo da pessoa com deficiência, considerando os avanços da legislação, a formação dos professores, a equipe multidisciplinar na identificação das dificuldades, transtornos e deficiências, assim como no diagnóstico e intervenções para promoção da qualidade de vida e educacional. Mesmo que a inclusão tem sido garantida nas legislações educacionais e sociais, e tem sido frequente no cotidiano escolar, os desafios são os mais diversos para serem superado. No entanto, destaca-se a importância no investimento na formação de professores, envolvimento da família, estreita relação com outros profissionais da saúde para promoção na qualidade de vida e melhoria na qualidade dos serviços educacionais.

Palavras-chaves: Educação Especial Inclusa. Equipe Multidisciplinar. Profissionais da Educação.

INTRODUÇÃO

O desafio para garantir a inclusão social e escolar das pessoas com necessidades educacionais especiais no Brasil se configura por enfrentamentos para superarão da condição histórica que segregava essas pessoas do convívio social e educacional durante séculos.

A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva tem como proposta a inclusão de estudantes público alvo da Educação Especial na escola regular, tornando-a um espaço comum para todas as pessoas. Assim, é preciso promover espaços que privilegiam a diversi-

dade na medida em que considera que todas as pessoas podem apresentar necessidades educacionais específicas durante a vida acadêmica.

Garantir o acesso à educação regular para todas as pessoas requer investimentos por parte dos governos, formação de professores e comunidade, além da sensibilização para o convívio com as diferenças; sendo elas de raça, gênero, condição social, até deficiências. Para a inclusão das pessoas com deficiência, é preciso pensar além da estrutura física, ou seja, requer adequações curriculares,

de materiais pedagógicos, tecnologias assistivas, que permitam alcançar equidade no acesso aos conhecimentos.

A Educação Especial na perspectiva da inclusão considera educar todas as crianças em um mesmo espaço escolar, o que não significa negar as especificidades, porém, compreendê-las e buscar caminhos para superação das barreiras.

Nesse sentido, Carvalho (2005) destaca que refletir sobre a abrangência do sentido e do significado do processo de inclusão, consiste em considerar a diversidade de aprendizes e

seu direito à equidade.

Trata-se de equiparar oportunidades, garantindo a todos, inclusive às pessoas em situação de deficiência e aos de altas habilidades/superdotação, o direito de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver (CARVALHO, 2005).

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (BRASIL, 1996) apresenta a Educação Especial como modalidade educacional que perpassa todas as etapas e demais modalidades de escolarização (da Educação Infantil ao Superior); garantindo o atendimento educacional especializado (AEE); serviços e recursos próprios ao AEE.

Posto isso, o objetivo deste trabalho consiste em apresentar reflexões acerca dos desafios para inclusão da pessoa com deficiência, destacando a equipe multidisciplinar no processo de avaliação, diagnóstico e intervenção para promoção de qualidade de vida e educacional.

A INCLUSÃO COMO DESAFIO SOCIAL

A formação docente é um elemento chave para a promoção da qualidade da Educação Especial Inclusiva. Os professores têm papel fundamental na criação de ambientes de aprendizagem acolhedores, inclusivos e acessíveis, que atendam às necessidades educacionais de todos os alunos.

A Educação inclusiva envolve o desenvolvimento de habilidades

conhecimentos para o trabalho com alunos que possuem necessidades educacionais especiais, isso inclui a compreensão das características das deficiências, transtornos e dificuldades de aprendizagem, bem como a identificação de estratégias e recursos pedagógicos adequados para atender às necessidades de cada aluno.

A prática pedagógica inclusiva envolve a utilização de estratégias pedagógicas que permitam acessibilidade e inclusão, oferecendo a todos o acesso aos conhecimentos. Assim, o uso das tecnologias assistivas permitem que os alunos acessem o currículo de maneira equânime.

O ambiente escolar também deve ser pensando para promoção da acessibilidade, o que inclui adoção de práticas pedagógicas colaborativas que permita a todos participarem das interações e desenvolvam suas potencialidades.

No ano de 2001, o Ministério da Educação homologou as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), que postulam uma reestruturação do sistema escolar, com o objetivo de tornar a escola inclusiva, como um “espaço democrático e competente para trabalhar com todos os educandos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais, baseando-se no princípio de que a diversidade deve não só ser aceita como desejada” (BRASIL, 2001, p. 40).

Pode-se afirmar que a inclusão

de alunos com necessidades educacionais especiais na sociedade é postulada nas leis, e que necessita ser encarada não apenas em um discurso, mas em mudanças reais de postura profissional, filosóficas, e tornar-se objetivo mútuo da sociedade.

Mendes, Vilaronga e Zerbato (2018), reforçam que a inclusão escolar não é papel apenas do professor, que não deve trabalhar sozinho, uma vez que necessita de equipes compostas de um grupo de pessoas cujas responsabilidades e funções sejam claras e definidas. Além disso, é essencial contar com a família, com demais profissionais da escola e da rede de apoio, que possam tornar esse processo bem-sucedido e contribuir com estratégias que favoreçam a inclusão.

Em termos legais, incluir alunos com necessidades educacionais especiais é garantir a matrícula e a inserção na escola da rede pública e/ou privada. Contudo, requer toda uma mudança por parte das instituições, para que tenham condições de receber esse estudante. Zanata e Treviso (2016), afirmam que esse preparo deve acontecer não apenas das escolas como também da sociedade.

A inclusão demanda uma mudança social, que implique, sobretudo, na formação integral do ser humano. Deve-se fazer valer o que apregoa o artigo 24, da convenção sobre o direito da pessoa com deficiência, que o estado deve garantir o acesso à educação de qualidade e gra-

gratuito à pessoas com deficiência no ensino regular, mediante a realização de adaptações necessárias para atender às necessidades especiais e individuais, possibilitando interações que promovam o desenvolvimento de forma plena (ZANATA; TREVISO, 2016).

DO DIAGNÓSTICO À INCLUSÃO

O diagnóstico de uma pessoa com deficiência ou transtorno de aprendizagem pode ser um processo complexo e envolver várias etapas, dependendo do tipo de deficiência e da idade da pessoa. No entanto, é importante que todo o processo de diagnóstico seja feito de forma cuidadosa, respeitosa e baseada em evidências.

O primeiro passo no diagnóstico é observar a pessoa e identificar quaisquer comportamentos ou sinais que possam indicar uma deficiência. Isso pode incluir observar habilidades motoras, comunicação, comportamento social e cognição.

A avaliação médica pode incluir exames físicos, testes de laboratório e outras avaliações para determinar se há alguma condição médica subjacente que possa estar causando a deficiência. O médico realiza avaliações na saúde física, neurológica e deve considerar relatos e pareceres de outros profissionais, sobretudo da escola, e testes de inteligência realizados pelo profissional da psicologia ao utilizar escalas específicas.

Já a psicologia auxilia a determinar o nível de funciona-

mento cognitivo e emocional da pessoa, bem como identificar quaisquer necessidades específicas de apoio ou intervenção. O psicólogo acolhe as demandas psicológicas que interferem no processo de aprendizagem, atuando como o profissional que avalia as habilidades cognitivas, propõe e elabora estratégias de intervenção em parceria com a escola, visando atender às necessidades específicas e coletivas do estudante e da comunidade escolar.

Já o profissional da psicopedagogia atua na Educação e Saúde, e se ocupa dos processos de aprendizagem, considerando o sujeito, a família, aspectos relevantes da escola, o contexto social, e utiliza-se de procedimentos próprios para intervir nas dificuldades de aprendizagem, buscando superá-las.

O processo de avaliação educacional, quando o sujeito possui idade escolar é necessária para determinar as necessidades educacionais e os níveis de apoio necessários, além de uma avaliação social para determinar quaisquer necessidades de apoio social ou comunitário que o sujeito possa ter.

Já o fonoaudiólogo atua em conjunto com os profissionais da escola, no entanto, é responsável por trabalhar os diferentes aspectos da comunicação humana, como as linguagens oral, escrita e falada, além da audição, deglutição, respiração e mastigação. Avalia e intervém nessas áreas, a fim de contribuir para o desenvol-

vimento do ensino e da aprendizagem.

Assim, o trabalho em equipe no processo de diagnóstico geralmente envolve uma equipe de profissionais de diferentes áreas, incluindo médicos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, assistentes sociais e educadores. É importante que esses profissionais trabalhem em conjunto para fornecer um diagnóstico abrangente e preciso.

Geralmente, a família procura auxílio médico, quando identifica algumas características que se manifestam diferentes com relação a outras crianças. Por exemplo, um bebê que demora para firmar o troco, depois a cabeça, para se sentar, engatinhar, andar, falar, não compreende ordens que são dadas, apresentam dificuldades em realizar atividades básicas do cotidiano, até dificuldades na interação social.

Aspectos sociais, cognitivos, motores, afetivos e da linguagem devem ser observados especialmente no seio familiar e podem ser detectados antes que a criança seja inserida no contexto escolar. Tais características e também outras podem sinalizar atrasos no desenvolvimento que podem sugerir algum tipo de deficiência ou transtorno.

As dificuldades, deficiências e transtornos podem ser notadas quando o ambiente requer interação social, uso de habilidades de comunicação; domínio da linguagem; comportamentos tidos como socialmente aceitos, como saber esperar, pedir li-

cença, se concentrar na realização das atividades escolares e outros. Posto isso, o profissional da educação, ao constatar tais sinais, precisa compreender quais atitudes e encaminhamentos deve tomar.

O processo de diagnóstico precisa ser minucioso, visto que envolve a compreensão de diversos fatores, sobretudo os genéticos, sociais, ambientais e neurológicos. Quando possível, deve ser feito por uma equipe multidisciplinar. O indivíduo deve ser avaliado de forma global, com objetivo de melhor compreensão das suas dificuldades e limitações. O plano de intervenção deve ser traçado, até a identificação do melhor profissional que o assistirá.

Educação e Saúde são áreas indissociáveis ao considerarmos o atendimento de pessoas com necessidades especiais, sobretudo os indivíduos com deficiência física, que afeta, diretamente a aprendizagem e o desenvolvimento global (GLAT et al., 2006). As articulações de ações das referidas áreas são premissas básicas para a promoção de qualidade de vida desses indivíduos.

Embora o atendimento desse público seja multidisciplinar, verifica-se uma fragmentação de serviços, considerando a área prioritária. Porém, de modo geral, há pouca integração entre os profissionais: de um lado, os médicos, enfermeiros, psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, e do outro, os profissionais da Educação, especialmente os professores (GLAT et al., 2006).

Glat et al. (2006) afirmam que essa situação, sem dúvidas, é consequência da falta de conhecimento e desinformação por parte dos profissionais da saúde. Apesar da ampla divulgação das políticas de assistência e recursos de atendimento disponíveis na comunidade, ainda permanecem em práticas com ênfase no diagnóstico das patologias.

O mesmo ocorre na Educação, em que ainda são raros os cursos que oferecem habilitação ou disciplinas voltadas às especificidades de alunos com necessidades educativas especiais. Por isso a importância de estreitar laços entre as áreas, para que as propostas de intervenções sejam mais eficazes e promovam o sucesso na aprendizagem e no desenvolvimento das pessoas com necessidades especiais.

O diagnóstico é tradicionalmente advindo da prática médica, e significa uma análise de sinais e de sintomas realizada por meio da utilização de recursos técnicos, com objetivo de prescrever tratamentos para os quadros identificados (NOVAES, 1980). Portanto, na área médica a sequência é diagnosticar, prescrever e tratar.

O diagnóstico psicológico tem função explicativa e compreensiva, uma vez que é uma forma de conhecimento obtido por meio de informações, ou mediante as projeções para o futuro, pois permite prever evoluções com base no quadro de sintomas observáveis (NOVAES, 1980).

Em razão da natureza diversificada e da variedade dos fatores avaliados, o diagnóstico educacional é mais complexo, visto que analisa elementos como: físicos, intelectuais, emocionais, sociais, além dos educacionais. Por isso, esse processo é contínuo e sistemático, ao dispor de métodos e técnicas que objetivam investigar, interpretar, orientar e prever situações, ou mesmo distúrbios, dificuldades que podem ser corrigidas e/ou controladas (NOVAES, 1980). O diagnóstico educacional tem realçada a sua amplitude por ter função de localizar, analisar, identificar, encaminhar, atender e orientar.

O PAPEL DOS PROFISSIONAIS

Partindo do pressuposto que inclusão é direito garantido constitucionalmente, e que educação é um direito de todos, sobretudo o acesso e a permanência ao ensino democrático e de qualidade, o papel da escola consiste em atuar nos momentos de superação dos obstáculos. É necessário que o currículo da Educação Especial esteja embutido no projeto pedagógico da escola, para que não se torne excludente pela não contemplação dos estudantes com necessidades específicas de aprendizagem (REGO et al., 2016).

É preciso refletir acerca de cada deficiência e dificuldade de aprendizagem, para que as especificidades sejam compreendidas e não tratadas de forma hegemônicas, ou seja, conside-

rando esses sujeitos com características únicas e comuns (REGO et al., 2016). Nessa perspectiva, o currículo é o espaço para discutir as questões de diferença e de diversidade.

No cenário educacional brasileiro, as diretrizes corroboram para discussões sobre os princípios da educação inclusiva no Brasil, dentre as quais as Diretrizes Curriculares para a Educação Especial na Educação Básica, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores e Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva expressam determinações e orientações voltadas ao processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, no que tange tanto aos aspectos pedagógicos quanto à formação de professores.

Na perspectiva legal, a inclusão é garantida a todos, em espaço comum na vida em sociedade e escolar, com o pressuposto de aceitação das diferenças individuais, contando com o esforço para a equiparação das oportunidades para o desenvolvimento de todas as dimensões da vida (BRASIL, 2001).

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica postulam uma reestruturação do sistema escolar, com o objetivo de tornar a escola inclusiva, como um “espaço democrático e competente para trabalhar com todos os educandos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais, baseando-se no

princípio de que a diversidade deve não só ser aceita como desejada” (BRASIL, 2001, p. 40).

O artigo 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe que a Educação Especial é uma modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e deve propiciar “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos”, para atender às necessidades dos alunos (BRASIL, 1996).

Portanto, a política de inclusão escolar presente nas leis e documentos requer reflexões e conhecimento a fim de que sejam colocadas em prática. O sucesso da inclusão e implementação das políticas públicas depende da União, Estados e Municípios, ao se responsabilizarem pela concretização dos princípios inclusivos, envolvendo grupos do “governo, políticos, famílias, setor jurídico, pesquisadores, professores e demais profissionais” (BRASIL, 2008, p. 33).

A GESTÃO EDUCACIONAL E A INCLUSÃO

É de suma importância que todos os profissionais que trabalham com o ensino tenham conhecimento dos princípios da inclusão, uma vez que precisam colocá-los em prática. Caso o contrário, o processo estará fadado ao fracasso. Assim, torna-se essencial a construção

das relações com suporte administrativo.

No ambiente escolar, os diretores e coordenadores devem articular as ações de inclusão, pois:

Proverão os recursos para a formação continuada dos profissionais e recursos componentes necessários ao coensino, como o tamanho da sala de aula, os horários dos especialistas, o número de professores de Educação Especial necessário para atendimento em sala, a adequação do tempo de trabalho para realização do planejamento comum. (MENDES et al., 2018, p. 33).

Quando a inclusão não é prioridade para a gestão, não existe viabilidade para planejar ações, o trabalho permanece no discurso superficial e as atividades só acontecem quando possível. É compreensível o sentimento de medo e insegurança, mas se faz necessária a abertura para o diálogo e a busca por esclarecimentos e informações, a fim de auxiliar nos momentos de erros e acertos.

Lehr (1999) aponta sugestões para que a equipe gestora se envolva no processo de inclusão, dentre as quais se destacam: a inclusão como oportunidade de crescimento profissional e pessoal; tempo adequado para planejamento inclusivo; incentivo a experiências de formação, além de tornar a inclusão a visão da escola.

OS PROFESSORES ESPECIALIZADOS E A INCLUSÃO

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica esclarecem que os

professores da Educação Especial são aqueles que:

[...] desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados aos atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor da classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. (BRASIL, 2001, on-line).

O profissional da Educação Especial estabelece parcerias com o professor da sala de aula comum, com o objetivo de promover efetiva participação do aluno com necessidades educacionais especiais no processo de ensino e de aprendizagem. No entanto, como assevera Mendes et al., (2018), essa proposta, muitas vezes, contradiz a essa finalidade, pois, geralmente, o trabalho do professor da Educação Especial acontece no contraturno do ensino regular, o que dificulta traçar objetivos de ensino comum com os alunos e a troca de informações sobre estratégias de ensino.

Mendes et al. (2018) realçam a importância dos atendimentos na Sala de Recursos Multifuncionais, porém não descartam uma forma de atuação em que os dois professores – especializado e o da classe comum – trabalhem em colaboração, e tenham mais oportunidades para estabelecerem um diálogo a fim de enriquecer o processo de aprendizagem do estudante.

O Plano Nacional de Educação, em seu artigo 8, inciso IV trata dos serviços de apoio pedagógico especializado, e, no parágrafo 2, artigo 18, esclarece que os professores da Educação Especial são aqueles que:

[...] desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados aos atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor da classe comum nas práticas que são necessárias para promover inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2001, on-line).

A Resolução do Conselho Nacional de Educação de 2009, que dispõe as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica estabelece que o profissional, para atuar no atendimento educacional especializado, deve ter formação inicial, que o habilite para o exercício da docência e formação específica para atuar na Educação Especial, ou seja, precisa ser especialista na área (BRASIL, 2009). Contudo, sua formação inicial pode ocorrer em qualquer licenciatura, que lhe proporcione o direito de lecionar.

O PROFESSOR DO ENSINO COMUM E A INCLUSÃO

Os desafios impostos pela Educação Inclusiva recaem, sobretudo, sobre o professor da sala de aula comum, que se vê frente as demandas do ensino

da criança ou sujeito com dificuldade na aprendizagem, com limitações físicas, pois é quem consegue detectar os problemas e fazer os ajustes necessários no ambiente a fim de que a inclusão ocorra.

O professor da sala de aula comum é quem adapta atividades, avaliações, abordagens de ensino para atender às especificidades do aluno, bem como promove condições satisfatórias para o bom desenvolvimento dos educandos com dificuldades na aprendizagem, que demandam serviços especializados como: recursos tecnológicos, adequações de materiais, utilização de materiais concretos, ilustrativos, auditivos, que estimulem os sentidos, em detrimento de outras áreas limitadas.

É evidente que é o professor do ensino regular desempenha um papel central na aprendizagem, e se torna imprescindível no apoio de outros profissionais especializados, como o do professor da Educação Especial, o intérprete de libras, e, ainda, na utilização de materiais concretos e tecnológicos.

Posto isso, a articulação entre o trabalho do professor da sala de aula comum e o professor especializado é de extrema importância, assim, necessita de contratação de profissionais especializados, investimentos em recursos tecnológicos que contribuam para o ensino e aprendizagem de alunos necessidades educacionais especializadas.

OUTROS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS E A INCLUSÃO

O apoio de profissionais de outras áreas do conhecimento é fundamental para o processo de inclusão escolar. A Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994) destaca o apoio dos psicólogos escolares, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, que, em grupo ou equipe multiprofissional, consigam pensar e planejar ações que contribuam para o desenvolvimento do estudante, bem como para a aprendizagem escolar.

Destaca-se que, além de professores especializados, as políticas públicas também precisam prever a atuação desses profissionais, por exemplo, a presença de um intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e um guia-intérprete para alunos surdocegos para que possam articular com o ensino comum e, assim, terem o direito de interação e aprendizagem. Esses profissionais devem ter uma formação continuada, isto é, além da formação na área específica de atuação, conhecimento nas áreas de especificidades educacionais em que atuam.

PROFISSIONAIS DE APOIO E A INCLUSÃO

A literatura inglesa tem adotado o termo “paraprofissional”, ou seja, aquele que atua no auxílio de atividades como locomoção, higiene, alimentação, atendimento individualizado, com o intuito de ajudar o estudante em suas necessidades específicas (MENDES et al., 2018).

Geralmente, é designada uma pessoa que desempenha a função de apoio, para auxiliar o professor: um cuidador, profissional de apoio, auxiliar, estagiário. Vale citar que esse paraprofissional não tem a função de desenvolver atividades diferenciadas com o aluno, nem se responsabilizar pelo ensino, mas de atuar de forma articulada com o professor da classe comum, bem como com o da Sala de Recursos Multiprofissional. Muitas vezes, intervêm em salas de Educação Infantil, no refeitório, no pátio, na segurança etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visto que a Educação é um direito de todos e dever do Estado e família, é tão importante repensar o processo de formação continuada dos professores, para que não se torne um empecilho na tarefa de inclusão, a fim de evitar a intervenção de profissionais despreparados, que não conseguem dialogar a respeito das práticas inclusivas e tampouco articular ações com a rede de apoio, envolvendo profissionais de diversas áreas do conhecimento, especialmente da saúde e da educação (MENDES et al., 2018).

Vale destacar que a inclusão tem sido uma prática frequente no cotidiano escolar, e os desafios são os mais diversos a serem superados. No entanto, ainda há deficiências quanto à formação do professor, pouco envolvimento da família e dificuldade em estabelecer redes de apoio, tanto na área da educação quanto da saúde.

A atuação da equipe multidisciplinar no acolhimento, atendimento, avaliação, diagnóstico e intervenção é essencial, visto que os sujeitos precisam ser assistidos em suas totalidades, assim, compreende-se a necessidade de articular as áreas da saúde e educação para promoção da qualidade de vida e educacional da pessoa com deficiência.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília-DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 6 jun. 2019.
- _____. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Brasília-DF, 1999. Acesso em: 6 jun. 2019.
- _____. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília-DF, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm>. Acesso em: 6 jun. 2019.
- _____. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília-DF, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 6 jun. 2019.
- _____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília-DF, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 6 jun. 2019.
- _____. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília-DF, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 6 jun. 2019.
- GLAT, R. et al. Educação e saúde em atendimento integral e promoção da qualidade de vida de pessoas com deficiências. Revista Linhas, Santa Catarina, n. 2, v. 27, 2006.
- LEHR, A. E. The administrative role in collaborative teaching. NASSP Bulletin, v. 83, n. 611, p. 105-109, 1999.
- MENDES, E. G. et al. Ensino Colaborativo como apoio à inclusão escolar. Unindo esforços entre a educação comum e especial. São Carlos: Edufscar, 2018.
- NOVAES, M. H. Processo-diagnóstico em Educação Especial. Uma abordagem pluridimensional. Ar. Brasileiro de Psicologia, Rio de Janeiro, n. 32, v. 1, p. 226-238, 1980.
- REGO, J. K. et al. O currículo na escola inclusiva: uma perspectiva na Educação Inclusiva. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 2016, Campina Grande.
- ZANATTA, C.; TREVISIO, V. C. Inclusão escolar: conquistas e desafios. Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 15-30, 2016.



A revista Educação & Inclusão é uma referência na área de educação inclusiva, trazendo artigos, entrevistas e reportagens sobre as principais tendências e práticas nesse campo. Com uma equipe de profissionais, a revista é um verdadeiro guia para quem busca conhecimento e aperfeiçoamento em suas práticas educativas.

Ao assinar a revista Educação & Inclusão, você terá acesso a conteúdos exclusivos e de alta qualidade, que irão enriquecer sua prática pedagógica e ampliar seus horizontes. Além disso, você também estará ansioso para promover a educação inclusiva em nosso país, apoiando uma iniciativa que busca a igualdade de oportunidades para todos os estudantes.

Não perca mais tempo e assine agora mesmo a revista Educação & Inclusão. Receba os melhores conteúdos sobre educação inclusiva e faça parte desse movimento em prol de uma educação mais justa e igualitária. Aproveite essa oportunidade e faça a diferença na vida de seus alunos e na sociedade como um todo.

www.atlanticaeditora.com.br

Educação & Inclusão



**ASSINE
AGORA**